



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

**AOS HOMENS DE MINHA
TERRA NATAL**

“O conagraamento em torno dos ideais revolucionários não o desejo, contudo, somente quanto aos homens de minha terra natal. Logo ao entrar na cena política, e antes ainda de assumir o Governo, tive oportunidade de dirigir-me a todos os brasileiros, chamando os homens de boa vontade para se unirem na tarefa de transformar este país numa grande nação.”

SEJA a minha primeira palavra de reconhecimento pelo calor humano das homenagens com que me vêm honrando tão generosa e cavalheirescamente, como é da sua índole, os meus conterrâneos. A comunidade rio-grandense excede-se, particularmente neste momento, nas manifestações de simpatia fraterna ao coestaduano que, em conjuntura difícil da vida nacional, foi convocado, não sem compulsoriedade, para presidir aos destinos do País. As demonstrações de apoio e confiança com que a alma gaúcha me desvanece, sobre me tocarem fundamente o coração, tornam ainda mais viva a consciência de que terei de corresponder, sejam quais forem os sacrifícios que para isso se fizerem necessários, às esperanças em mim depositadas, como principal responsável pelo terceiro governo da Revolução.

Não ignoro que a inadequação, tantas vezes assinalada, dos métodos até hoje usados para ordenar as relações sociais, principalmente na ordem estatal, constitui uma das fontes permanentes de sofrimento para o homem. Mas sei, também, que a nossa época põe nas mãos dos governantes, se dispostos a se utilizarem deles exclusivamente para o bem, recursos inéditos e eficazes para atenuar, quando não suprimir, as aflições populares.

O tormento da penúria, resultante da raridade de bens, já não é fatalidade a que o homem se haja de resignar. Os processos tecnológicos hoje dispo-

níveis, aliados às providências governamentais, por cujo intermédio se coordenem os fatores da produção, permitem, na verdade, vencer o flagelo da escassez, mediante criação de riqueza, que faculte acudir às exigências sociais mais elementares.

A prosperidade ou crescimento econômico se converte, pois, em nossos dias, em elemento essencial para que se possa alcançar o bem-estar coletivo. Pecaria, realmente, contra o senso comum quem pretendesse distribuir, em proporções cada vez maiores, bens que na mesma razão não crescessem.

Recorre, por isso mesmo, a Revolução de Março ao progresso econômico como instrumento imprescindível para a modelação da sociedade que está construindo com inigualável tenacidade, patriotismo e clarividência, na certeza de que sem a aceleração do desenvolvimento não se poderá estabelecer, em bases satisfatórias, a concórdia e a tranqüilidade sociais.

Estimulando, pois, as iniciativas que possam gerar riqueza, não quer o poder público proteger este ou aquele grupo financeiro ou econômico, em detrimento do interesse geral. Pretende, isto sim, incrementar o crescimento da economia, a fim de suscitar estado de coisas, que possibilite, com a elevação do nível de vida, amenizar as misérias sociais.

Confia o Governo em que o crescimento econômico, pelos efeitos que dele se originam, concorra, por si só, em parte, para que se reduzam desigualdades, que a justiça condena e a autoridade pública tem o dever de eliminar. Atento como está às reivindicações de justiça distributiva, não se satisfará o Governo, todavia, com o atendimento parcial delas por obra das leis econômicas, indiferentes, como tais,

aos mandamentos da solidariedade humana. A sua intervenção se fará sentir, quando preciso, com toda a energia, no sentido de moralizar as relações de ordem econômica, de modo a assegurar a cada um aquilo a que tem direito em razão da dignidade do seu próprio ser. Medidas concretas estão sendo estudadas na administração federal, para que se realize esse objetivo, figurando entre elas as que dizem respeito à distribuição mais justa da renda nacional.

Emprestando, nos termos em que o faço, suma importância ao econômico, não relego a plano secundário o social nem o político. Na ordem da intenção, pelo contrário, o social e o político é que se revestem de precedência, como fins últimos da ação, que está em marcha. Não há felicidade social possível, sem que as necessidades elementares e até secundárias, como as consistentes em certo grau de conforto, sejam atendidas. Não se assegurará, de outra parte, em toda a sua plenitude, a liberdade política, sem que os conflitos sociais desapareçam pela supressão de suas causas, na maior parte de natureza econômica.

Se desejamos, pois, sociedade que seja politicamente livre e socialmente estável, é mister que nos entreguemos, com todas as nossas forças, à promoção, por todos os meios, da prosperidade econômica do País. Tanto mais premente isso se faz, quanto é certo que o nosso tempo não admite protelações ou subterfúgios. Cumpre, assim, que, observando velho preceito, obremos com presteza tudo quanto possa fazer a nossa mão.

Nem onisciente, nem onipotente, não poderá o Governo, contudo, responder ao apelo que o bem público lhe dirige, a não ser com a integral cooperação de todos e de cada um dos brasileiros.

Não se alcançariam, por outro lado, com a necessária segurança e rapidez, os resultados perseguidos pela política desenvolvimentista, se na condução desta se compromettesse a luta anti-inflacionária. Pelos aumentos de preços que acarreta, pelo conseqüente desequilíbrio que determina nos orçamentos familiares, pelo clima geral de insegurança e de angústia social a que dá origem, a inflação provoca a insatisfação popular e mina a estabilidade política. Não podendo fugir, assim, à batalha desenvolvimentista, não recuou tampouco o Governo Revolucionário no combate à inflação, compondo a sua estratégia de sorte a conseguir o quase milagre de combinar as inversões maciças exigidas pelo crescimento econômico com elenco de medidas, às vezes drásticas, destinadas a conter e reduzir a onda inflacionária.

A idéia daquilo que se vem fazendo no País, no tocante ao desenvolvimento, pode ser dada pela enunciação do que se está realizando, nessa matéria, no Rio Grande do Sul. Bom é que se diga, aliás, desde logo, que a assistência emprestada a este Estado, pelo Governo da Revolução, é sem precedente em termos de magnitude e importância, na história administrativa do Brasil.

Presente em todos os setores da economia rio-grandense, o Governo da Revolução desdobra sua atividade tutelar sobre todas as áreas, procurando robustecer e revitalizar as atividades produtivas, a fim de que a valorosa gente dos pampas tenha meios de participar de modo mais efetivo na obra de engrandecimento nacional e possa usufruir imediatamente benefícios maiores do progresso econômico que se acha em curso.

Em consonância com os princípios do federalismo cooperativo, que a ordem revolucionária

consagra, não pode, em verdade, ser indiferente o Governo da República àquilo que, de qualquer modo, interesse ao Rio Grande como unidade da Federação. Dentro dessa política de caráter associativo e cunho providencial, o Governo da União mobiliza recursos para conferir ao Rio Grande, no quadro federativo, em proveito do interesse nacional, a posição a que está destinado pelos seus dons naturais e pelos predicados de sua gente.

Diante disso, não mede esforço o Governo Federal para cooperar na solução dos problemas capitais do Estado. Rasgam-se, assim, onde necessário, novas rodovias; estendem-se e retificam-se linhas ferroviárias; cuida-se da navegabilidade dos rios; prepara-se a armazenagem dos produtos agropastoris. Assistem-se, ao mesmo tempo, a agricultura e a pecuária; financiam-se o comércio e a indústria; desenvolve-se a produção de energia elétrica; provê-se ao abastecimento dos centros urbanos; intensifica-se o programa de eletrificação rural; apóia-se resolutamente o estabelecimento de usina siderúrgica em condições de produzir aços especiais, indispensáveis à expansão industrial; protege-se a saúde pública, notadamente mediante obras de saneamento; incrementa-se a atividade educacional, onde não se esquece, muito particularmente, a necessidade de formar especialistas para a indústria; amplia-se o plano de habitação, bem como se aperfeiçoa e estende a rede de telecomunicações.

Mais do que a amplitude da ação empreendida pelo Governo Revolucionário no âmbito da economia do Estado, impressiona, todavia, o grau da intensidade com que foi desenvolvida. Se comparada a soma das realizações dos governos anteriores com o conjunto do que fez o Governo da Revolução em

apenas cerca de seis anos, ver-se-á, claramente, quanto deve o Rio Grande do Sul ao regime de 31 de março.

No que se refere, por exemplo, à energia elétrica, a capacidade geradora não ultrapassava, em 1963, a casa dos quatrocentos mil quilowatts, constituindo esse baixo nível de energia disponível um dos pontos de estrangulamento da economia gaúcha. Já agora, no entanto, a oferta de energia alcança cerca de setecentos mil quilowatts, possibilitando considerável e auspicioso aumento do consumo *per capita*. Isto para não falar no suprimento de energia que advirá em breve das usinas em construção, tais como as de Passo Fundo e Passo Real, bem como das que se acham em projeto, com início próximo de execução, entre as quais a de Itaúba, que exigirá um investimento da ordem de quatrocentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros novos e terá uma capacidade geradora de quinhentos mil quilowatts.

A rede rodoviária, que compreendia não mais de 1.906 quilômetros em 1963, já em 1969, por obra da Revolução, subiu para 3.601 quilômetros. Por sua vez, a pavimentação de estradas, federais e estaduais, adquiriu tamanho ritmo que foi possível acrescer aos 1.129 quilômetros, existentes em 1963, mil e quinhentos quilômetros até 1969, somando hoje, pois, as rodovias pavimentadas dois mil seiscentos e vinte e nove quilômetros. A manter-se esse ritmo, como asseguro que acontecerá, poder-se-á facilmente prever quanto irá lucrar nos próximos anos o sistema viário estadual.

Igualmente expressivos são os resultados obtidos no campo das telecomunicações, bem como no da educação, em que a oferta de matrícula cresce a cada passo, notadamente no ensino médio e superior, onde

representa hoje, praticamente, o dobro da que se verificava em 1963.

Os programas de saneamento realizados pelo Governo da Revolução, na esfera federal e estadual, levaram a que se duplicasse, em relação a 1963, o número de cidades por eles atingidas, colocando-se os benefícios daí resultantes à disposição de um milhão e setecentas mil pessoas.

O Plano Nacional de Habitação, criado e desenvolvido pelo Governo Revolucionário, com extraordinário êxito e repercussão mundial, favoreceu grandemente à população rio-grandense, contribuindo para que se reduzisse a crise habitacional, totalmente ignorada pelos governos anteriores.

A assistência creditícia prestada pelos estabelecimentos oficiais às atividades produtoras registrou também sensível aumento nos últimos anos. As aplicações do Banco do Brasil, no Estado, passaram da média de cem milhões de cruzeiros novos em 1962/1963 para cerca de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros novos em 1969/1970. A preços de 1970, o crescimento assinalado nesse período é, em termos reais, da ordem de oitenta por cento. De modo ainda mais acentuado cresceu a cooperação financeira prestada por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, pois, em termos reais, a cifra de assistência creditícia ascendeu de cento e setenta e cinco mil cruzeiros novos, em 1963, para cento e trinta milhões de cruzeiros novos em 1969.

Fortaleceu-se, pois, de maneira notável, nestes últimos anos, a infra-estrutura econômica do Estado. Tendo cumprido, neste ponto, o seu dever, o Governo está no direito de esperar que a gente desta terra,

que é também a minha, cumpra igualmente o seu dever. Não tenho dúvida quanto à resposta que o povo rio-grandense dará ao desafio que lhe é lançado. Isto porque já se vislumbram sinais eloqüentes de que, com a sua tradicional bravura cívica, o homem dos pampas está preparado para a batalha da produção. Sente-se, realmente, em todos os quadrantes, o pulsar do animoso coração gaúcho, no afã de ajudar o Governo da Revolução, ajudando-se a si próprio.

Não se conseguirá, no entanto, êxito total nesse esforço se as energias que fervem nos campos, nas serras e nas cidades, não se canalizarem para o grande e bom combate em prol da criação de riqueza, que já cresce promissoramente e autoriza a expectativa de que se poderá ingressar, em breve, neste Estado, em nova era, na qual a prosperidade fornecerá os meios para a plena solução dos problemas que ainda nos afligem.

A coordenação das forças, que podem impulsionar o progresso do Estado, não se tornará, porém, inteiramente eficaz se as dissensões políticas continuarem a dividir os espíritos, impedindo a união dos rio-grandenses em torno do interesse coletivo. Conclamo, pois, a comunidade gaúcha a que esqueça preconceitos negativistas e caducos, a fim de facilitar ao Governo o cumprimento de sua tarefa fundamental, que é a de promover o bem, não desta ou daquela parcialidade, mas o bem comum que é o bem de todos.

Se a este apelo confiro endereço geral, quero imprimir-lhe, no entanto, acento particular no que toca aos homens da situação, que devem dar o bom exemplo e ajustar-se à linha de comportamento do Governo da República, para o qual, em todos os

casos, o interesse público se antepõe ao interesse privado.

Desejando, no exame das fórmulas políticas, acautelar o interesse do Partido da Revolução, entendo, porém, que este será sempre favorecido quando as soluções encontradas forem as que melhor servirem aos interesses da administração pública, com os quais coincidem os do próprio povo. Estes, a seu turno, somente serão protegidos de modo eficaz quando as autoridades locais se identificarem perfeitamente com o Governo da União, pois, sem perfeita harmonia entre o Governo Federal e o Governo dos Estados, não se estabelecerá clima indispensável para a eficiência da ação que têm de realizar em comum.

O conagraçamento em torno dos ideais revolucionários não o desejo, contudo, somente quanto aos homens de minha terra natal. Logo ao entrar na cena política, e antes ainda de assumir o Governo, tive oportunidade de dirigir-me a todos os brasileiros, chamando os homens de boa vontade para se unirem na tarefa de transformar este país numa grande nação. É esse mesmo chamamento que desejo renovar nesta hora, pois a Revolução, que a ninguém pertence com exclusividade, a Revolução que não é senão do povo brasileiro, precisa de todos e abre fraternalmente os braços a todos que a ela se quiserem incorporar.

(Discurso proferido no Palácio Piratini, em Porto Alegre, em 5-3-1970).